

Repensar a universidade pública



FRANCIS BOGOSSIAN

PROFESSOR

O tema é polêmico e envolve arraigados preceitos sobre as tradições no ensino público superior. É, entretanto, preciso coragem para mudar e acompanhar as transformações que o país vem experimentando. Nos últimos 15 anos, após a retomada dos governos eleitos de forma democrática, não se pode mais admitir que as estruturas de ensino público persistam dentro dos princípios arcaicos que nortearam a sua criação, em alguns casos até centenários, e que foram convenientes aos governos militares.

Não apenas no âmbito universitário, todo o ensino, no Brasil, precisa ser alvo de total reestruturação. Cabe, entretanto, focalizar pontos de fundamental importância, através de questionamentos, não apenas aos nossos dirigentes, mas também à sociedade, englobando suas minorias/maiorias sociais e raciais, enfim, toda a nação brasileira.

Parto da assertiva de que as universidades públicas precisam voltar a ser os verdadeiros centros de inteligência do país. Seus egressos devem ser responsáveis pelos avanços e conquistas sociais, científicos e tecnológicos. Para que tal aconteça, cabe aos governos prover as universidades de recursos materiais e de pessoal, para que os docentes possam cumprir suas funções a contento. E quanto aos alunos, é

indispensável que haja homogeneidade para que as tarefas pedagógicas possam ser desempenhadas com proficiência. Quem é, ou já foi, professor sabe que aulas, em turmas heterogêneas, são niveladas para atender os de nível mais baixo. O criticado concurso vestibular sempre teve a função de selecionar uma elite de estudantes capacitada para fazer da universidade pública trampolim para postos de destaque no país.

O sistema de cotas raciais talvez seja um grande equívoco pedagógico, ainda que se destine a resgatar dívidas históricas. A garantia de vagas para estudantes da rede pública é outra tentativa perigosa. Como não se consegue recuperar o ensino médio oferecido pelo Estado, inserem-se, nas universidades, estudantes mal preparados. Ambos os critérios encerram visões de curto prazo.

As universidades públicas só poderão atingir níveis de excelência se forem privilegiadas as inteligências. Assim, ricos ou pobres, brancos ou negros, oriundos da rede pública ou particular, os alunos dessas instituições devem constituir uma elite intelectual. Para aqueles que, comprovadamente, não puderem pagar, a universidade, através da concessão de bolsas de estudo, permanecerá gratuita. Aos de maior poder aquisitivo cobrar-se-ia por esse ensino privilegiado, utilizando as receitas para financiar bolsas para os mais carentes.

Defendo este como o melhor critério, no sentido mais amplo da justiça, realmente preocupada, a médio e longo prazos, com os interesses maiores da nação.

Critérios de cotas encerram visões de curto prazo

O professor Francis Bogossian, engenheiro, é membro titular da Academia Brasileira de Educação e da Academia Nacional de Engenharia e Presidente da Associação das Empresas de Engenharia do Rio de Janeiro